

**A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO NO PROCESSO DE  
DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO  
INTERIOR PAULISTA.**

**THE IMPORTANCE OF COOPERATIVISM IN THE DEVELOPMENT  
PROCESS OF RURAL SETTLEMENTS IN THE INTERIOR OF SÃO  
PAULO STATE.**

Maíra Felix Venzel  
Moisés da Silva Martins

**Resumo**

O artigo trata do significado da cooperação e do cooperativismo no processo organizativo de assentamentos rurais no estado de São Paulo. Compreendendo cooperação e cooperativismo como processos sociais distintos, discuto os motivos do movimento de institucionalização de cooperativas na sua relação com o declínio das formas de cooperação tradicionalmente desenvolvidas no mundo rural brasileiro. Analiso o significado da cooperação e os problemas decorrentes da sua institucionalização no interior dos assentamentos rurais organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), procurando identificar os elementos que indicam mudanças e permanências em relação ao tradicional cooperativismo rural. Procuo refletir sobre os motivos da atual tendência existente entre os assentados para refutar a cooperativa como modelo organizacional, mas valorizar a cooperação como modo de organização da vida econômica e societária.

**Palavras-chave:** Cooperação; Cooperativismo; Assentamentos; rurais; MST; Institucionalização.

***Abstract***

*The article addresses the meaning of cooperation and cooperativism in the organizational process of rural settlements in the state of São Paulo. Understanding cooperation and cooperativism as distinct social processes, I discuss the reasons behind the movement toward the institutionalization of cooperatives and its relationship with the decline of forms of cooperation traditionally developed in the Brazilian rural context. I analyze the meaning of cooperation and the problems arising from its institutionalization within rural settlements organized by the Landless Workers' Movement (MST), seeking to identify elements that indicate*

---

## FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

*changes and continuities in relation to traditional rural cooperativism. I aim to reflect on the reasons behind the current tendency among settlers to reject cooperatives as an organizational model while valuing cooperation as a way of organizing economic and social life.*

**Keywords:** *Cooperation; Cooperativism; Rural settlements; MST; Institutionalization.*

### 1. INTRODUÇÃO

As cooperativas em assentamentos de reforma agrária são organizações formadas por trabalhadores rurais que se unem para fortalecer a produção agrícola, obter acesso a recursos e serviços e melhorar suas condições de vida. Elas funcionam através da compra de insumos em maior escala, da partilha de infraestrutura, da busca por crédito e da garantia de melhores preços na venda da produção, promovendo assim maior eficiência, segurança e desenvolvimento regional. No entanto, também podem gerar a instigação da concorrência e a priorização do lucro, o que exige foco na união e solidariedade dos trabalhadores.

A permanência dos assentados em seus respectivos lotes requer uma luta diária feita nos assentamentos rurais. As cooperativas e associações instaladas nos assentamentos buscam proporcionar aos assentados melhores condições de comercialização da produção, aquisição de insumos, disponibilidade de equipamentos agrícolas para o uso nos lotes, bem como, unir as forças para realizar conquistas diversas como políticas públicas, por exemplo. Assim, a cooperação nos assentamentos rurais é uma luta constante e envolve, inclusive, conflitos internos em vista de características de sociabilidade dos assentados que possuem compreensões diversas sobre organização produtiva, o que poderá se desdobrar no êxito ou fracasso das cooperativas.

Diante da busca de alternativas para a crise de emprego, a problemática da organização e gestão de assentamentos rurais com base no associativismo tem sido objeto de investimento das políticas públicas e, sobretudo, campo de disputa de projetos de desenvolvimento econômico-social (Leite, Heredia, Medeiros, Palmeira & Cintrao, 2004; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000).

No âmbito das relações de trabalho, a cooperação significa, por um lado, a ampliação da capacidade de sobrevivência econômica através da obtenção de renda monetária, direta e/ou indireta, maior (gerada, principalmente, pelo aumento da produtividade do trabalho e da redução dos custos de produção); o aprendizado de formas solidárias e agroecológicas de trabalhar a terra; a possibilidade de melhorar a infraestrutura produtiva, entre outras vantagens.

---

## FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Por outro lado, o trabalho cooperado explicita ainda mais a diversidade sociocultural e a heterogeneidade dos projetos de trabalho e de vida existentes, as divergências e a predominância dos valores individualistas e, na prática, não elimina as desigualdades e as relações de subordinação típicas do trabalho heterogêneo.

A cooperação manifesta-se com mais clareza externamente às relações de trabalho, embora no mundo rural o trabalho e as outras dimensões da vida cotidiana nem sempre estejam nitidamente delimitadas. Evidencia-se, cada vez mais, uma tendência existente entre os assentados para refutar a cooperativa como modelo organizacional, mas valorizar a cooperação como modo de organização da vida econômica e societária.

Neste artigo é proposto a refletir sobre o significado que tem assumido, historicamente, a cooperação e o cooperativismo nas relações de trabalho rural no Brasil, especificamente em Presidente Wenceslau -SP. A reflexão é feita com base em revisão da literatura e análise de documentos produzidos pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

## 2. DESENVOLVIMENTO

O método utilizado no presente estudo ampara-se em uma pesquisa qualitativa, a partir da necessidade de conhecer através de observação, reflexão e análise da realidade do fenômeno social, para compreendê-lo nos processos contextuais, segundo Triviños (2017).

Estas percepções e a realidade do fenômeno social são nosso trunfo para contextualizar a territorialização dos assentados e os assentamentos rurais do município de Presidente Wenceslau SP descreve o trabalho de campo como um recorte baseado na construção teórica de uma determinada fração de momento, realizada por meio de entrevistas, observações, levantamentos de material documental e bibliográfico, que buscam aspirar às experiências e vivências dos fenômenos nos participantes da pesquisa.

A coleta de informações no estudo de campo foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas junto aos participantes pré-estabelecidos na pesquisa. Optou-se por entrevistas semiestruturadas no trabalho, seguindo, ainda, percursos metodológicos descritos por Poupart (2014).

Outra visão metodológica de entrevistas é de Triviños (2017, p. 120), que ressalta que este método “valoriza a presença dos investigados, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação” diante do meio vivido por ele e sua família, permitindo atingir e vislumbrar

---

## FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

amplamente as inquisições da pesquisa.

A teleconferência permite ao indivíduo participar de um encontro nacional ou regional sem a necessidade de deixar seu local de origem. Tipos comuns de teleconferência incluem o uso da televisão, telefone e computador. Através de áudio-conferência, utilizando a companhia local de telefone, um sinal de áudio pode ser emitido em um salão de qualquer dimensão (Nichols, 1993, p. 181).

Citação indireta: é aquela que se baseia em uma obra, com as nossas palavras. Neste caso, indicamos o sobrenome do autor e o ano da publicação da obra (o número da página é opcional). Exemplos: Soares (2009, p. 16) diz que numa sociedade que se divide em classes, a ideologia que domina, de acordo com a ideologia marxista, é a ideologia da classe dominante.

### **3. PERSPECTIVAS DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS**

Os projetos de assentamentos rurais adotam sistemas cooperativistas distintos e não estão unificados em torno da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Na década de 1990 foi criada pelos assentados vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), com o objetivo de reunir as cooperativas de agricultores assentados da reforma agrária no Brasil.

Cooperativismo adotado pelo MST objetiva assegurar a redução da miséria e o fortalecimento do poder político organizacional das comunidades rurais dos assentamentos.

A proposta de cooperação agrícola (CA), adotada pelo MST, buscou uniformizar nos assentamentos rurais o cooperativismo, estabelecido em uma proposta de organização dos assentados, somado aos fatores econômicos e o fortalecimento desta coletiva em seus lotes. A CONCRAB ao estabelecer a cooperação nos assentamentos rurais permitiu ao MST implantar o projeto aos assentamentos rurais no país, por meio das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), integrando as diversas formas de cooperação.

#### **3.1. Cooperação e cooperativismo no Brasil rural**

Cooperação e cooperativismo são processos sociais distintos e não é de hoje que a literatura mostra que pode não haver correspondência direta entre eles (Araújo, 2022; Camargo, 2019; Fleury, 2021; Maia, 1985; Rios, 2019; Singer, 2002).

Cooperativa é entendida aqui como modelo de estrutura organizacional, do qual se originam sociedades constituídas sob a forma democrática para atingir fins específicos, ou seja,

---

## FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

associação autogestionária de pessoas, regida por princípios igualdade no que se refere à propriedade, gestão e repartição de recursos (CAMARGO, 2009; FLEURY, 2021; RIOS, 2009).

Cooperativismo é um movimento social ou doutrina, cuja corrente hegemônica é a rochdaleana, que se caracteriza pela preocupação política de transformação social aceitando a ideia de que a infraestrutura pode determinar mudanças na superestrutura social (CAMARGO, 2009; PINHO, 2004).

Cooperação é ação social articulada, alinhavada por objetivos comuns para solucionar problemas concretos que, por sua vez, é aqui entendida em dois sentidos: (a) como ação-padrão, racionalmente construída à luz de um código e desenvolvida no interior de cooperativas por sujeitos inseridos numa certa divisão social do trabalho, os quais têm objetivos comuns e compartilham benefícios ou prejuízos de forma equitativa (por exemplo, o que se pratica de acordo com o regimento interno); (b) como ação espontânea inerente a determinados grupos e derivada de suas tradições e costumes, pré-existente às instituições, fundamentada na reciprocidade (BRUNI, 2005; CAMARGO, 2009).

No Brasil, não é de hoje que o cooperativismo rural tem sido visto como mecanismo de modernização da agricultura, estratégia de crescimento econômico ou instrumento de mudança social. Muitos autores remeteram-se à dupla face popular e institucional deste movimento, colocando em questão o seu caráter de contestação ou de controle social.

Para Schneider (2018), o cooperativismo rural brasileiro tem procurado harmonizar as dimensões econômicas, sociais e culturais do processo de desenvolvimento do país, independentemente das condições estruturais concretas às quais ele se sobrepõe.

Para Rios (2009), embora a fórmula organizacional cooperativa tenha se generalizado no Brasil e no mundo, cada experiência torna-se específica e condicionada pelo tempo histórico em que se desenvolve, pelo regime econômico-político, pelo estágio tecnológico da sociedade, pela capacidade organizativa e política e pela ação concreta dos sujeitos. Por este motivo, Novaes (2021) e Schneider (2018) alertaram para o fato de que, ao analisar cooperativas, é necessário considerar o contexto sócio-histórico em que elas aparecem, porque conhecer o significado e as repercussões das diferentes experiências exige a análise das condições estruturais concretas da sociedade.

### **3.2 Cooperação e cooperativas no ideário e nas práticas do MST**

Entre os inúmeros aspectos da política de cooperação do MST, destaca-se aqui o seu

---

## FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

significado econômico, social e político, os tipos de mecanismos instituídos para concretizar os princípios e como, historicamente, ela foi sendo construída no bojo da luta social empreendida em favor da reforma agrária.

A cooperação, entendida como ação social espontânea ou organizada, sempre foi essencial para o MST, desde a sua origem. É entendida como um processo de aprendizagem de longo tempo, que se inicia nos acampamentos antes mesmo da posse da terra, precisa ser continuamente revisado e assume diferentes formas, conforme se transformam as condições objetivas da realidade. Os dirigentes enfatizam que a cooperação não se resume na organização de cooperativas e que a luta pela terra é, por excelência, a experiência de cooperação mais importante para um Sem Terra.

No aspecto econômico, cooperar é um modo de organizar e administrar a produção que, através da divisão social do trabalho e da autogestão, soma esforços para adquirir e utilizar ferramentas, máquinas, sementes e matrizes de animais para produzir, individual ou coletivamente. A sobrevivência econômica dos assentados depende do aumento da produtividade do trabalho, do uso racional dos escassos recursos financeiros, naturais e humanos e da ampliação da competitividade dos produtos no mercado.

Economicamente, a cooperação configura-se como uma estratégia de proteção dos trabalhadores contra as adversidades historicamente vivenciadas pela pequena produção rural. É uma forma de administrar a escassez e enfrentar a pobreza, pois a quantidade de terra e os créditos recebidos do Estado para produzir são, individualmente, insuficientes.

Neste aspecto, o cooperativismo desenvolvido pelo MST não se diferencia do cooperativismo tradicionalmente desenvolvido no Brasil. Se há uma diferença, ela está na tentativa de rever o modo de organização da produção, incorporando os princípios da agroecologia e da cooperação.

Porém, para o MST, a cooperação não contribuir apenas para melhorar as condições de vida do pequeno produtor no sentido da sobrevivência econômica e da geração de renda. Ao extrapolar o modo de organizar o processo produtivo, do ponto de vista social, ela pode ser também um recurso essencial para ampliar a possibilidade de acesso aos bens de consumo coletivo, tais como moradia, infraestrutura básica (água, energia elétrica, telefonia, estradas, transporte), educação, saúde, segurança, lazer etc.

As famílias, geralmente, são assentadas onde não existe uma infraestrutura mínima adequada para constituir uma comunidade (Leite et al, 2004; Sparovek, 2003). É através da

---

## FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

pressão e do esforço coletivo junto aos órgãos oficiais que este passivo social diminui e a terra, geralmente inóspita, aos poucos, transforma-se em pequenos vilarejos, comunidades organizadas. Esta dimensão da cooperação, favorecedora de condições para desenvolver a sociabilidade nos assentamentos, aliada à geração de renda, é essencial para possibilitar a permanência das famílias nos assentamentos e evitar novos êxodos rurais.

Como dizem as lideranças, cooperar é, então, mais do que organizar cooperativas. É, sobretudo, ação organizada com base em valores mutualistas que se transforma em um importante recurso para superar as dificuldades decorrentes da insuficiência de políticas públicas, especialmente agrária e agrícola, que possibilitem ao trabalhador rural produzir e reproduzir-se no campo. Deste modo, a cooperação apresenta-se no ideário do MST como um meio de sobrevivência e resistência.

Nos acampamentos e assentamentos, a cooperação concretiza-se através de uma constelação de formas organizativas diferentes de grupos informais, associações e condomínios até os diferentes tipos de cooperativas que se enquadram em legislação específica, em estruturadas segundo o modo de apropriação da terra, do capital e do trabalho, a gestão da produção, a regulamentação legal e a organização das moradias.

Apesar de não se resumir na organização formal de cooperativas, o MST criou mecanismos para concretizar os princípios e para institucionalizar o ato de cooperar, até porque as linhas oficiais de crédito para financiar a produção nos assentamentos somente são acessadas através de entidades coletivas e regulamentadas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Apesar dos benefícios, tanto o cooperativismo rural como os cooperativismos de assentamento da reforma agrária estão sujeitos a conflitos ou lides, principalmente quando não forem atendidas as diretrizes propostas pelos mesmos. Por essa razão, o planejamento, o diálogo, a transparência, honestidade são essenciais como em qualquer relação interpessoal, inclusive no ambiente de trabalho.

A análise das contradições que emergem da relação que se estabelece entre as estruturas organizativas/organizacionais e a ação desses sujeitos, considerando a realidade política e econômica, pode ajudar a responder essas questões. A cooperação não depende apenas da criação de estruturas (cooperativas, associações etc), do treinamento de habilidades ou da educação dos sujeitos para o exercício da solidariedade. Nos assentamentos rurais, as relações

---

## FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

de cooperação são mediadas por um conjunto de condicionantes estruturais que são (ou não) dados, especialmente, a partir da relação estabelecida com o Estado, cuja responsabilidade na reforma agrária não se resume na mediação dos conflitos fundiários e na redistribuição de terras e se estende, sobretudo, na viabilização dos assentamentos ao criar as condições de infraestrutura sem as quais não se sustenta a organização, por mais autônoma e politicamente preparada para o exercício da cooperação que a comunidade esteja. É ainda mediada pelo próprio sentido atribuído pelos trabalhadores rurais à cooperação e à cooperativa.

A busca de compreensão para essas questões tem motivado a continuidade das investigações neste campo. As respostas não são simples e nem definitivas porque mesmo diante da ausência de condições objetivas e da presença de medidas impositivas, os assentados inventam novas ações e novos formatos organizativos para a cooperação. Mesmo lhe atribuindo sentidos contraditórios, eles procuram equacionar a diversidade de interesses e de experiências existente e, ao mesmo tempo, atender as exigências para legalizar os assentamentos tornando-os espaços sociais de enraizamento e pertença, até por falta de alternativas. Por isto, a reflexão aqui proposta não é conclusiva. Apenas acena para o desafio de repensar os esquemas analíticos simplificadores e reducionistas que, ao procurar compreender a cooperação e o processo organizativo nos assentamentos rurais, enfocam ou apenas os aspectos técnicos e econômicos responsáveis pela eficácia/ eficiência ou apenas os aspectos político-sociais, ligados ao exercício da democracia.

### REFERÊNCIAS

Almeida, L. M. M. "**Novas**" formas de contratação de mão-de-obra rural no complexo **agroindustrial citrícola paulista** Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa e Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.2015.

Araújo, S. M. P. **Eles: A cooperativa. Um estudo sobre a ideologia da participação** Curitiba, PR: SECE.2022.

Bruni, L. **Comunhão e as novas palavras em economia** São Paulo, SP: Cidade Nova,2015.

Camargo, L. C. **Cooperação e cooperativismo**: Vol. 4. Cadeira 20. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

Cavendish, S. **Cooperativismo e dominação**. In M. R. Loureiro (Ed.), Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil (pp. 75-95). São Paulo, SP: Cortez,1981.

---

**FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Christoffoli, P. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: Limites e possibilidades.** Dissertação de Mestrado não-publicada, Pro-grama de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2000.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Cooperativas de Produção – **Questões práticas:** Vol. 21. Cadernos de Cooperação Agrícola (3. ed.). São Paulo, SP: MST, 1997.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST:** Vol. 8. Cadernos de Cooperação Agrícola. São Paulo, SP: MST, 1999.  
Fleury, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil** São Paulo, SP: Global, 2021.

Fukui, L. F. G. **Sertão e bairro rural** São Paulo, SP: Ática.2019

Leite, S., Heredia, B., Medeiros, L., Palmeira, M., & Cintrao, R. (Eds.). **Impacto dos assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro.** São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2004.

Loureiro, M. R. **Cooperativismo e reprodução camponesa.** In M. R. Loureiro (Ed.), Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil (pp. 133-155). São Paulo, SP: Cortez, 2015.

Maia, I. **Cooperativa e prática democrática** São Paulo, SP: Cortez.,2018.

Martins, A. F.G. **Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: As comunidades de resistência e superação do MST.** Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP,2004.

Martins, J. S. **O Cativeiro da Terra** (6. ed.). São Paulo, SP: LECH,2015.

Novaes, J. R. **Cooperativismo: Acumulação e mudança social.** In M. R. Loureiro (Ed.), Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil (pp. 41-73). São Paulo, SP: Cortez, 2021.

Pagotto, C. **Ajustes e rupturas: Cooperativismo e lutas sociais no Brasil contemporâneo** Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2003.

Pinho, D. B. **O Cooperativismo no Brasil: Da vertente pioneira à vertente solidária.** São Paulo, SP: Saraiva, 2004.

Queiroz, M. I. P. **Bairros rurais paulistas: Dinâmica das relações bairro rural-cidade.** São Paulo, SP: Duas Cidades, 2023.

Rios, G. S. L. **Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social** Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa e Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP.2009.

Rios, G. S. L. **O que é cooperativismo** (2. ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.2009.

Schneider, J. E. **O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro.** In M. R. Loureiro (Ed.), Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil (pp. 11-40). São Paulo, SP: Cortez.2018.

---

**FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Scopinho, R. A. **Vigiando a vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total** São Paulo, SP: Editora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo 2003.

Scopinho, R. A., & Martins, A. F.G. **Imagens da terra: Trabalho e vida nos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST** [CD-ROM]. São Paulo, SP: Macromídia.2002.

Scopinho, R. A., Martins, A. F. G., Marçal, C. R. M., Russo, P. I. F., Pereira, D. E. M., Oliveira, C. A., Rezende, J. R., & Santos, J.A. (2005). **A cultura em organizações econômicas populares autogestionárias: Cooperação e contradições do processo organizativo** São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos. (Relatório de Pesquisa, CNPq/Edital 06/03, processo 40.2968/2003.

Silva, M. A. M., & Wensko, A. A. **Trabalhadores rurais em luta pelos direitos**. In Anais do XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais: Trabalho, Sindicatos e a Nova Questão Social (pp. 286306). Caxambu, MG: ANPOCS.2003.

Singer, P. **Introdução à economia solidária** São Paulo, SP: Perseu Abramo.,2002.

Sparovek, G. **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira** São Paulo, SP: Páginas & Letra,2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2017.